



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

15/05/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Ministro calcula em até R\$ 60 bi perda de receita com correção na tabela do IR

O ministro Paulo Guedes (Economia) disse, nesta terça-feira (14), que a eventual correção da tabela do Imposto de renda reduziria a arrecadação dos cofres públicos entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões por ano. No domingo (12) o presidente Jair Bolsonaro afirmara, em entrevista a uma rádio, que pediu a Guedes que atualizasse a tabela do IR pela inflação. Com esta medida, promessa de campanha do presidente, mais pessoas entrariam na faixa de renda isenta do imposto ou em grupos que pagam alíquotas menores.

Guedes, no entanto, não informou qual o período de inflação considerado para calcular um impacto de até R\$ 60 bilhões. Ele declarou apenas que essa conta seria "se fizesse uma correção da tabela lá atrás".

Se forem consideradas as projeções de 4% para a inflação neste ano, o teto da faixa de isenção poderá subir dos atuais R\$ 1.903,98 para cerca de R\$ 1.980. De abril de 2015, quando ocorreu o reajuste mais recente, a abril deste ano, o IPCA (índice oficial de inflação) acumula alta de 23,53%. O Sindifisco (sindicato dos auditores da Receita) calcula que, desde 1996, a defasagem média acumulada é de 95,44% e que renda até R\$ 3.689,57 deveria ser isenta.

Em audiência pública na CMO (Comissão Mista de Orçamento) do Congresso, o ministro disse que, diante do rombo nas contas públicas, a mudança na tributação do imposto de renda não faria sentido, já que o governo precisa reduzir gastos. "Se fizesse um negócio desse na hora em que você está falando de fazer uma reforma da Previdência para tentar conseguir R\$ 100 bilhões, você fazendo um sacrifício, todo o mundo e fala 'atualiza a reforma aí e dá R\$ 70 bilhões para todo mundo'. Você perde, começa a confundir as coisas". O ministro afirmou ainda que, mais para a frente, o governo vai começar a discutir a revisão das deduções de gastos com saúde e educação no Imposto de Renda. "Se são R\$ 108 bilhões [destinados] ao SUS [Sistema Único de Saúde] para os mais pobres, por que os mais ricos com essa dedução de saúde e educação?", questionou. "Você acaba tendo situações como essa, paradoxais. Quer dizer que os mais pobres gastam R\$ 100 bilhões e você dá para os mais favorecidos, nem falo a palavra rico, porque às vezes é classe média, classe média-baixa, mas você deixa eles levarem R\$ 20 bilhões?"

Além do fim das deduções, Guedes disse que também está em estudo uma redução de alíquota, para não haver "esse favorecimento justamente para as famílias que já têm alguma condição de criar filhos."

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 15/05/2019

INSS vai acabar com agendamento para pedir benefícios

Os pedidos de benefícios e demais serviços da Previdência serão realizados a distância até o final de junho, informou na segunda (13) o diretor de atendimento do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), Clóvis de Castro Júnior. A mudança acaba com os agendamentos para o atendimento posterior em uma das agências da Previdência, como ainda ocorre para a maioria das solicitações feitas pelos segurados. Até o final do semestre, o órgão terá todos os 90 tipos de requerimentos disponíveis exclusivamente pela internet ou por telefone, acabando com os agendamentos.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 15/05/2019

Processo de recuperação gradual da economia foi interrompido, diz BC

O processo de recuperação gradual da atividade econômica sofreu interrupção no período recente, mas a expectativa é de retomada adiante. Essa é a conclusão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), que decidiu na última quarta-feira (8) manter a taxa básica de juros, a Selic, em 6,5% ao ano. Segundo ata da reunião do Copom, o arrefecimento da atividade observado no final de 2018 teve continuidade no início de 2019.

“Em particular, os indicadores disponíveis sugerem probabilidade relevante de que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha recuado ligeiramente no primeiro trimestre do ano, na comparação com o trimestre anterior, após considerados os padrões sazonais”, diz o documento.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 15/05/2019

Nível da atividade de serviços decepciona

Com a queda de março, o volume de serviços prestados registrou um nível de atividade 12,3% abaixo do pico da série histórica da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), registrado em janeiro de 2014. Os dados foram divulgados nesta terça-feira, 14, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Maio de 2018, marcado pela greve de caminhoneiros, ainda é o ponto mais baixo da série histórica da PMS, 15,7% abaixo do nível de atividade do pico. “De lá para cá, o setor de serviços não encontrou uma dinâmica de recuperação clara”, afirmou o gerente da PMS, Rodrigo Lobo.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 15/05/2019

Projeto prevê novo uso de recursos

O Projeto de Lei 1500/19 permite o uso dos recursos do salário-educação para pagamento de pessoal da educação básica. Atualmente, a Lei 9.766/98 veda essa destinação. O texto está em análise na Câmara dos Deputados. O salário-educação é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública. O recurso é repartido entre União, estados e municípios. O salário é pago pelas empresas e corresponde a 2,5% sobre o total de remunerações pagas aos empregados.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 15/05/2019

Caminhoneiros - Empréstimo deve sair na próxima semana

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) prevê a abertura na próxima semana do programa de empréstimos a caminhoneiros prometido pelo governo Jair Bolsonaro há um mês, como esforço para evitar nova paralisação da categoria. O banco separou R\$ 500 milhões para o programa, mas o valor pode dobrar se houver demanda, disse nesta terça (14) o presidente da instituição, Joaquim Levy. “Pode chegar a R\$ 1 bilhão sem a menor dificuldade”, afirmou o executivo. O programa prevê empréstimos de R\$ 30 mil para manutenção de caminhões e foca em motoristas autônomos que têm, no máximo, dois veículos e em cooperativas.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 15/05/2019